

CITAR: NUNES, V. F.; PIZZI, J. **Políticas Públicas: interpretação com foco no capital social.** Revista Políticas & Cidades, v.1, n.1, p. 200 – 2019 Jan./Abr. 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS: interpretações com o foco no Capital Social

Public Policies: interpretation focused on Social Capital

Políticas Públicas: interpretación con un enfoque en el Capital Social

Valéria Fontoura Nunes ¹
Dr. Jovino Pizzi ²

RESUMO

As políticas públicas fazem parte da agenda de muitos encontros, seminários, trabalhos acadêmicos e debates do dia a dia. O caráter multidisciplinar dessas discussões evidencia o leque de interpretações e pontos de vista. As controvérsias não se limitam ao campo da análise, mas também nas repercussões e consequências dos programas das políticas públicas. Por isso, as contribuições da sociologia, da economia e da filosofia, entre outras áreas, para, com isso, encontrar justificativas plausíveis tanto em relação à validade dessas políticas, como também na sinalização de problemas e ou vícios relacionados a elas. Além dos ciclos de políticas públicas e do seu processo dinâmico, elas perfazem uma definição de agenda, a identificação de alternativas, a avaliação e a escolha das opções, a implantação e a avaliação etc. É evidente que tais questões são pautadas por interesses dos mais variados. Em vista disso, o objetivo do presente artigo está em tratar as políticas públicas tendo em vista o potencial analítico da categoria capital social em Putnam. Não se trata simplesmente de discutir os aspectos teóricos de Putnam, mas, principalmente, de expor as iniciativas desenvolvidas na América Latina e no Brasil. No fundo, deseja-se ressaltar que a categoria capital social pode ser um indicador de índices de convivência humana. Nesse sentido, a sinergia entre Estado, instituições democráticas e comunidade tem por finalidade a qualidade de vida em comunidade. Por isso, o estabelecimento de indicadores como compromisso, cooperação, engajamento e participação social são fundamentais na constituição de políticas públicas comprometidas com a justiça distributiva.

Palavras-chave: Capital social. Políticas públicas. América Latina. Brasil.

ABSTRACT

The public policies are topics to be discussed in several meetings, seminars, academic work and on daily-basis debates. Its multidisciplinary nature highlights the multiple point of view, as well as interpretation. The controversies are not limited to the analysis itself, but also on the consequences and reflections derived from public policies. For that reason, the contributions coming from sociology, economy and philosophy, among other areas, so that plausible justifications might be taken for their validity and problem identification as well as habits connected to it. Besides public policies cycles and its dynamical process, they take part in the

¹ Mestranda em Educação no PPGE/UFPel, Pelotas, RS, Brasil. E-mail: val_sm@ibest.com.br.

² Doutor em Ética e Democracia pela Universidad Jaume I, Espanha, Professor do PPGE/UFPel, Pelotas, RS, Brasil, jovino.piz@gmail.com.



agenda definition, alternative identification, evaluation and options taken, implementation and evaluation etc. It is certain that such matters are guided by a variety of interests. As a result, the goal of this paper is talk about public policies taking into account the social capital category analytic potential in Putnam. It is not merely discussing Putnam's theoretical aspects, but mainly exposes the initiatives developed in the Latin America and in Brazil. In fact, it is aimed at highlighting that the social capital category might be an index of human coexistence. In this sense, the synergy among states, demographic institutions and community are interested in the community welfare. For that reason, the establishment of indexes such as commitment, cooperation, engagement and social participation are essential to constitute public policies committed to the distributive rules.

Keywords: Social capital. Public Policies. Latin America. Brazil.

RESUMEN

Las políticas públicas son parte de la agenda de muchas reuniones, seminarios, trabajos académicos y discusiones del día a día. El carácter multidisciplinar de estas discusiones se destaca la variedad de interpretaciones y puntos de vista. Las controversias no se limitan al ámbito del análisis, sino también las implicaciones y consecuencias de los programas de política pública. Así, las contribuciones de la sociología, la economía y la filosofía, entre otras áreas, para ello, encontrar justificaciones plausibles tanto en relación con la validez de estas políticas, así como la señalización problemas y vicios relacionados a ellas. Además de los ciclos de las políticas públicas y de su proceso dinámico, contemplan una definición de agenda, la identificación de alternativas, la evaluación y selección de las opciones, implementación y evaluación, etcétera. Es evidente que tales preguntas son guiadas por los más variados intereses. En vista de esto, el objetivo de este artículo es abordar las políticas públicas desde la perspectiva del potencial analítico de la categoría capital social en Putnam. No se trata de simplemente discutir los aspectos teóricos de Putnam, pero principalmente exponer iniciativas desarrolladas en América Latina y Brasil. En el fondo, queremos destacar que la categoría capital social puede ser un indicador de los niveles de la convivencia humana. En este sentido, la sinergia entre el Estado, las instituciones democráticas y la comunidad tienen como finalidad la calidad de la vida en comunidad. Por lo tanto, el establecimiento de indicadores tales como el compromiso, la cooperación, el comprometimiento y la participación social son fundamentales en la formación de la política pública comprometida con la justicia distributiva.

Palabras claves: Capital social. Políticas Públicas. América Latina. Brasil.

Recebido em 18 de outubro de 2014

Aprovado em 12 de dezembro de 2014

INTRODUÇÃO

A configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos tangem as três dimensões: o sistema político, o processo político e a configuração dos programas políticos. O processo político pressupõe a qualidade de programas e projetos políticos elaborados e implantados.

As políticas públicas ocupam a agenda de muitas discussões. Em geral, existe um otimismo ingênuo e, ao mesmo tempo, há uma crítica mordaz em relação às políticas públicas. Seu caráter multidisciplinar é um apelo tanto para a sociologia, a economia e para as ciências sociais em geral, como também para a sociedade como um todo. A contundência desta multipolaridade e das multiconvergências aparece tanto no debate acadêmico, como nas discussões coletivas e, principalmente, na vida cotidiana as pessoas. Por isso, além do aspecto interdisciplinar, é preciso ressaltar as justificativas teóricas e, ao mesmo tempo, prestar atenção aos resultados de tais políticas.

Em virtude disso, a análise das políticas públicas está relacionada a um processo dinâmico, constituído por estágios ou etapas. No caso, não há como negligenciar, por exemplo, a definição de agenda, identificação de alternativas, escolha e avaliação das opções, implantação e aprimoramento. Isso é fundamental porque estão em jogo não apenas os princípios e regras das políticas, mas a diversidade de interesses que estão em jogo.

As particularidades institucionais e culturais no Brasil proporcionam elementos para a análise de políticas públicas. Os avanços nas pesquisas mostram as peculiaridades de estilos políticos em constante transformação. Além disso, observa-se que os processos decisão política são influenciados por formas clientelistas de interação, os quais visam a ação particular dos indivíduos e não soluções coletivas. Entretanto, a reorientação para análise de políticas públicas se dirige ao aumento da capacidade dos atores políticos. A rede de relacionamentos entre Estado, instituições e comunidade desempenha papel decisivo no aperfeiçoamento das políticas públicas.

O presente artigo tem como foco o potencial analítico da categoria capital social em Putnam utilizando uma abordagem qualitativa, ao tempo que pretende salientar seu referencial na constituição de políticas públicas. Além de discutir a tese de Putnam, deseja-se analisar o potencial analítico da categoria e, em vista da análise de Putnam, identificar as práticas desenvolvidas na América Latina e no Brasil. Por isso, a categoria de capital social se aproxima

do referencial teórico de Robert D. Putnam. O autor faz uma relação entre as diferenças regionais entre o Norte e o Sul da Itália. Sua pesquisa procura entender por que algumas regiões são menos diferenciadas e, em outras, há maiores desigualdades sociais. Com base nisso, Putnam institui a categoria “capital social” como categoria que explica diferentes níveis participativos concernentes à organização social e o comprometimento na participação cidadã. Uma vez realizadas estas considerações, o artigo procura, então, avaliar o compromisso institucional e a inserção social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tendo como marco o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O artigo se divide da seguinte maneira: definição de categoria capital social exposta por Putnam desde a experiência italiana (2); na sequência, os possíveis indicadores da categoria em Putnam (3); logo, discutir-se-á o potencial da categoria em vistas à participação cidadã; em seguida, indicar-se-á as pesquisas desenvolvidas na América Latina e Brasil decorrentes do referencial de Putnam (4); na continuação, buscará indicativos presentes no PDI da UNIPAMPA capazes de referendar o compromisso da IES frente às exigências de inserção social (5). Por fim, as considerações finais mostrará as prováveis contribuições às políticas públicas (6).

A CATEGORIA CAPITAL SOCIAL: UMA CONFIGURAÇÃO ORIUNDA DA EXPERIÊNCIA ITALIANA

Para definir capital social, Robert D. Putnam e seus colaboradores, buscam da análise do dispositivo institucional dos governos regionais da Itália, destacando as diferenças regionais entre o sul e o norte do país. Ao todo, foram 20 regiões italianas, salientando o desenvolvimento institucional e o grau de participação cidadã. O estudo reúne as décadas de 1970 e 1980. A obra *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, publicado em 1993, é fruto dessa pesquisa.

Com base nas desigualdades entre as regiões norte e sul da Itália, Putnam procura responder à seguinte questão: Por que uma região é mais desenvolvida e há reciprocidade entre as instituições públicas e a comunidade local, enquanto na outra a participação é inoperante na medida em que as desigualdades sociais e econômicas perseveram? Além dessa, há uma segunda questão que intriga Putnam: Quais são as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes? (2006, p. 22). No fundo, o autor busca compreender de que modo as mudanças institucionais influenciam a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos e, ao mesmo tempo, como o desempenho institucional é condicionado pela história das instituições e da própria comunidade local.

Para começar, Putnam identificou as características do contexto social que exercem maior influência no desempenho institucional. Em outras palavras, ele definiu os indicadores que influenciaram o êxito institucional. No campo teórico, Putnam buscou em Tocqueville³ os elementos para fundamentar a análise. No caso, ele salienta a conexão entre os costumes de uma sociedade e suas práticas políticas. Nesse aspecto, ele conclui que “as associações cívicas, por exemplo, reforçam os hábitos do coração, os quais são essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes” (PUTNAM, 2006, p. 27).

No caso italiano, a reforma institucional rompeu com a tradição de governos centralizados. Esse fato ofereceu maior autonomia para as comunidades regionais, evidenciando as diferenças regionais e as práticas dos governos de cada região. O mapeamento permitiu auferir que algumas regiões da Itália são beneficiadas pelos padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico. No entanto, outras regiões sofrem os efeitos de políticas verticalmente estruturadas, caracterizadas pela fragmentação e o isolamento.

O grau de comprometimento institucional das regiões italianas confirma o intenso contraste entre o norte e o sul daquele país. A questão socioeconômica e os padrões de participação cívica e solidariedade social são significativamente proporcionais ao êxito das próprias instituições. Em relação a isso, o autor diz que:

O pessoal da saúde pública ou os administradores de obras públicas nas regiões do Norte têm à sua disposição todos os recursos de uma das economias mais adiantadas do mundo. Seus colegas do Sul têm que enfrentar os graves problemas do subdesenvolvimento contando com escassa assistência local (PUTNAM, 2006, p. 99).

Essa constatação salienta que a diferença entre o norte e o sul está diretamente relacionada com o grau de protagonismo dos governos regionais. Nas palavras do autor, os governos que implantam leis inovadoras e planejam seu orçamento são melhores avaliados por seu eleitorado (PUTNAM, 2006). Contudo, se a população não participa e não se interessa pelas questões públicas, não há como desenvolver a confiança, nem geram a estabilidade nos governos democráticos.

³ O autor Alexis de Tocqueville (1805 – 1859) foi magistrado, político e intelectual. Tocqueville baseou seu pensamento na defesa da ordem e das instituições políticas. Ele relacionou elementos geográfico, históricos, jurídicos e culturais para a compreensão do espírito das sociedades estudadas. Assim, não realizou julgamentos de valor sobre os objetos pesquisados. Suas principais obras são: Democracia na América, O antigo Regime e a Revolução, Da colonização da Argélia e Lembranças 1848 (BASTOS, 2000).

Com essa percepção, a relação de um governo regional responsável e o grau de participação cívica indica não apenas o quanto é cívica a região, mas aponta também a efetividade do seu governo. Por isso, o contexto cívico e os indicadores socioeconômicos fazem parte de uma conjuntura mais ampla de participação ativa, de cooperação mútua e de solidariedade social.

O encadeamento entre o compromisso institucional e comunidade cívica é deveras diferenciado e, por isso, são determinantes na gestão das políticas públicas regionais. O nível de participação e de reciprocidade influencia decisivamente no grau de engajamento cívico e de solidariedade social. Esses elementos foram decisivos na conformação da qualidade de vida dos cidadãos. Essa é a tese central do autor. Putnam conclui, então, que o legado cívico de cada uma das regiões foi determinado historicamente.

Na verdade, o poder político republicano do norte italiano propiciou um grau decisivo de participação popular nas deliberações públicas. Tais mudanças políticas favoreceram e incentivaram a vida associativa, através das comunas, guildas, sociedades comerciais e novas formas de solidariedade. Por outro lado, a nobreza feudal sulista valeu-se da violência exagerada e, ainda, do acesso privilegiado aos recursos estatais para reforçar as relações verticais de domínio e de dependência interpessoal e institucional. No caso, a combinação entre pobreza, desconfiança mútua e relações clientelistas minaram as estruturas administrativas e jurídicas do Estado e das próprias instituições locais.

Por isso, Putnam insiste em uma forma de governo democrática e de sua estabilidade e eficácia. Em relação a isso, ele afirma que,

[...] para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser, ao mesmo tempo, sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas (PUTNAM, 2006, p. 25).

Nesse sentido, o papel institucional assume o compromisso de responder às diferentes expectativas dos cidadãos. A conformação de uma instituição democrática reflete suas práticas, suas políticas e a compreensão de seu papel no contexto social, econômico e cultural. Deste modo, não são apenas as iniciativas institucionais que dão impulso à participação cidadã, pois as práticas institucionais são também influenciadas pelo contexto social, isto é, pelo alto grau de participação da comunidade local (através de suas representações e dos canais de comunicação e debates públicos).

A categoria capital social tem, pois, como base o vínculo mútuo entre as instituições e a comunidade (local ou regional). Trata-se de uma rede de relacionamentos, cujos laços aprofundam e ampliam o compromisso entre os atores, sejam eles de caráter institucional, representações organizadas ou as próprias pessoas. Além de impedir o desvirtuamento dos interesses, tais laços promovem e solidificam políticas voltadas ao incremento da cidadania participativa. Isso faz com que as tentativas nefastas sejam neutralizadas para, então, reforçar os compromissos de solidariedade participativa. Nessa direção, a interação gera um tipo de benefício para a própria comunidade, aspecto que Putnam denomina como capital social. Suas características vão reforçando o interesse pela participação e auferindo às instituições um nível de confiança extremamente positivo. Dessa maneira, os indicadores que caracterizam a categoria capital social serão analisados na continuação.

OS INDICADORES QUE CARACTERIZAM A CATEGORIA CAPITAL SOCIAL

Putnam apontou indicadores capazes de auferir os graus ou níveis relacionados à categoria capital social para evidenciar o entrelaçamento mútuo entre as instituições e a comunidade. Para Putnam, o capital social representa o conjunto de redes, normas e nível de confiança, os quais permitem a ação e a colaboração para benefício mútuo (PUTNAM, 2006). Não se trata propriamente de indicadores quantitativos, mas de princípios ao agir coletivo para bens públicos. Sem dúvida, se uma comunidade deseja desenvolver o seu capital social, ela precisa convergir para a interconexão entre as aspirações comunitárias e locais com os representantes governamentais. No fundo, deve haver um compromisso mútuo entre as políticas públicas e transformá-las em políticas sociais. A definição da forma de governabilidade e governança, de suas prioridades e do comprometimento social está vinculada ao nível de participação da população, através de suas entidades representativas.

Os indicadores dessa rede, normas e nível de confiança se dá a conhecer através dos seguintes indicadores: a) a rede de relações horizontais de reciprocidade entre os cidadãos; b) a ampla participação dos cidadãos; c) o predomínio das relações de confiança mútua entre os membros e, por fim, c) o predomínio do espírito público entre os cidadãos.

As características de ordem social, institucional e cultural são reconhecidas na produção de formas de interação social e na construção de benefícios comuns a todos. Nesse sentido, autores como Bourdieu (1998), Coleman (2000), Putnam (2006), entre outros, também

sintonizam com a ideia de que o capital social concernente às características da organização social e as redes de relacionamento da sociedade. Para Milani, por exemplo, representa o

[...] estoque de relações e valores; ele seria, pois, coletivo [...] porque compartilhado pelo conjunto da sociedade; seu aumento dependeria do aprofundamento destas relações, de sua multiplicação, intensidade, reatualização e criação de redes de relações (2003, p. 20).

Nessa perspectiva, as relações e valores concernentes ao capital social consolidam uma rede de relacionamentos de bens compartilhados pela sociedade. As relações de parceria, reciprocidade e confiança mútuas contribuem para a legitimidade, a credibilidade e o respeito à coletividade. A cadeia de relações sociais permite, portanto, fortalecer a solidariedade comunitária.

Em vista disso, o conceito de capital social proposto por Putnam parece ser essencial para entender os vínculos entre as instituições e a sociedade e, ainda, na facilitação das ações coordenadas. Ele define capital social implicado com as redes de engajamento cívico e normas, com consequências positivas para a comunidade. Nesse sentido, Putnam se refere ao termo “engajamento cívico” para ressaltar o poder dos cidadãos em se interessar pelos assuntos coletivos e, ainda, na sua participação efetiva na tomada de decisões das políticas públicas. Nas palavras de Putnam,

Eu uso o termo "engajamento cívico" para me referir a pessoas conectadas com a vida em comunidade, não somente com a política. Engajamento cívico é a correlação com a participação política na minha percepção [...]”⁴ (1995, p. 665) [tradução nossa].

Por meio do engajamento cívico, a cidadania se caracteriza principalmente pela participação da comunidade nas decisões de questões públicas. A comunidade pressupõe o espírito público na consolidação do compromisso recíproco e no desenvolvimento de projetos de interesse coletivo. No caso, as vantagens são mútuas. Desta forma, a cidadania se caracteriza pela horizontalidade das participações, favorecendo o alto grau de engajamento cívico. O objetivo é sempre afiançar as iniciativas que buscam o bem comum. Esta é, sem dúvida, a principal característica da virtude cívica.

Por isso, Putnam destaca a importância das comunidades cívicas. Seu caráter principal é a participação cívica e solidariedade social. Dessa maneira,

⁴ “I use the term "civic engagement" to refer to people's connections with the life or their communities, not merely with politics. Civic engagement is correlated with political participation in a narrower sens [...]”

[...] os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo (PUTNAM, 2006, p. 183).

Com base nessa aceção, a categoria capital social se manifesta através da participação em grupos e associações voluntárias; na observância das normas sociais e cívicas; bem como, pelas atitudes dos cidadãos. Isso é decorrência do grau de confiança das pessoas nos grupos sociais, ou seja, nas associações, partidos e nas representações coletivas. Os laços entre as pessoas são evidenciados em virtude da interação das pessoas nos grupos (POLLÁN, 2013). Tais laços apresentam duas dimensões diferentes.

Por um lado, o *Bonding Social Capital* (união ou conexão) como laços e benefícios que as pessoas podem obter a partir das relações dentro de um grupo. Por exemplo, grupos de leitura, clubes, organizações étnicas fraternais, entre outros. Esses laços são internos à coletividade, em grupos relativamente homogêneos.

Em outra direção, o *Bridging Social Capital* (ligar caminhos ou construir pontes) refere-se aos laços entre pessoas de grupos de diferentes clivagens sociais. Exemplos de capital social de ligações podem ser as organizações religiosas ecumênicas, movimentos de direito civil ou de diferentes gerações, entre outros. Eles atendem ao capital social “externo” à coletividade e surgem na diversidade geográfica, social ou cultural.

Com essas duas direções, o capital social aparece através das redes de relações, das normas e por meio da confiança recíproca. A categoria não é unidimensional. A sua caracterização ocorre na diversidade de relacionamentos. O desenvolvimento desses relacionamentos determina a validação do capital social.

Nessa aceção, os sistemas de participação cívica englobam diferentes categorias sociais. Juntas, elas promovem uma cooperação visando benefícios compartilhados. Para isso, as redes sociais e políticas devem se organizar horizontalmente. Quanto mais horizontais forem as participações, maior será a probabilidade dos cidadãos cooperarem. Em vista disso, os dilemas da ação coletiva devem estar vinculados às redes de relacionamentos, que constituem um importante recurso na condução dos assuntos de interesse coletivo. Trata-se, pois, a redes de conhecimento e reconhecimento mútuo, cujos vínculos envolvem os sentimentos de respeito, gratidão, credibilidade e legitimidade (MACKE, 2005).

Em vista disso, é possível fazer uma distinção importante. As diferenças representadas nas redes sociais ocorrem na diferenciação entre as comunidades cívicas e as comunidades não cívicas. De acordo com Putnam,

A vida coletiva nas regiões cívicas é facilitada pela expectativa de que os outros provavelmente seguirão as regras. Sabendo que os outros agirão assim, o mais provável é que o cidadão faça o mesmo, satisfazendo assim às expectativas deles. Nas regiões menos cívicas, quase todos esperam que os demais violem as regras. Parece tolice obedecer às regras de trânsito, às leis do fisco ou às normas previdenciárias quando se espera que os demais venham a desobedecê-las [...]. Então, você também engana, e assim as cívicas e funestas expectativas de todos acabam se confirmando (2006, p. 124).

Na verdade, Putnam salienta que nenhuma comunidade cívica é absolutamente harmoniosa e, muito menos, está livre de tensões. No entanto, as comunidades são capazes de agir em busca de bens comuns graças ao seu espírito cívico e em razão da participação social. Daí, então, o potencial analítico da categoria, aspecto que será delineado na sequência.

POTENCIAL ANALÍTICO DA CATEGORIA CAPITAL SOCIAL

A categoria capital social desencadeou uma diversidade de estudos e aplicações. O tema é inspiração para debates em diversificadas áreas. Embora a pesquisa de Putnam tenha se desenvolvido na Itália, os resultados podem auxiliar outras análises. Evidentemente, muitas das especificidades são peculiares das regiões italianas, especialmente em relação às diferenças regionais concernentes às desigualdades sociais. Por outro lado, o autor destaca, por exemplo, a possibilidade de compreender o contexto de outras regiões do planeta. Para ele,

Tanto o hiato Norte-Sul na Itália quanto as teorias que se formulam para explicá-lo reflete o debate mais amplo sobre o desenvolvimento no Terceiro Mundo. Por que tantos países permanecem subdesenvolvidos? Insuficiência de recursos? Erros do governo? Dependência centro-periferia? Imperfeições no mercado? "Cultura"? É justamente essa razão que os estudos sobre a experiência italiana podem ajudar-nos a compreender por que tantos (mas nem todos) países do Terceiro Mundo permanecem inevitavelmente e inexplicavelmente atolados na pobreza (PUTNAM, 2006, p. 169).

Por meio desse exemplo, é possível perceber como a categoria capital social oferece possibilidades para pensar a inserção das instituições no contexto local e em relação à participação cidadã. Em virtude disso, os indicadores de capital social – como a cooperação, redes sociais e participação social – são fontes geradoras de benefícios à comunidade. Para Marcello Baquero, a categoria corresponde:

A prática da participação e de trabalho em equipe (associações), seguindo normas convencionais pode ajudar a inculcar valores e o ensinamento de procedimentos na promoção da convivência democrática [...] No contexto da construção democrática, o capital social deve se referir especificamente àquelas associações que de fato podem contribuir para gerar cidadãos mais politizados e críticos e orientados para alcançar objetivos comuns e que dêem retorno à comunidade (BAQUERO, 2001, p. 56).

Com base nessa percepção, é possível sustentar que os indicadores de capital social fortalecem a cidadania participativa. Na verdade, trata-se de consolidar um tipo de gestão pública em vista aos bens públicos. Nesse sentido, a colaboração mútua se torna um indicador essencial para consolidar a confiança nas instituições democráticas.

Nessa direção, D' Araújo (2010) afirma que a confiança é o componente básico da categoria capital social. As diretrizes das políticas sociais resultam do compromisso mútuo com base na reciprocidade e nos canais de participação cívica. Nas palavras da autora,

Tudo isso representa uma ampla gama de possibilidades de cooperação horizontal. São participações em que cada um tem um grau de pertencimento e de importância relativamente igual e que possibilitam melhor informação, promovem as regras de reciprocidade, aumentam os custos potenciais de transgressão, redimensionam a confiança e possibilitam futuras colaborações (D' ARAÚJO, 2010, p. 19).

Nesse sentido, a proposta se associa à necessidade de transparência. Desse modo, além de consolidar a informação e incrementar a reciprocidade, esse compromisso de reciprocidade e transparência cria um sentimento de pertencimento e de responsabilidade em relação às tomadas de decisões. Com base nisso, os cidadãos podem distinguir o que seja relevante e essencial, e aquilo que não é. Em vista disso, os indicadores são fundamentais para delinear os rumos e as prioridades das políticas de gestão e a conformação das prioridades concernentes a todos os cidadãos.

Em vista às definições e características do capital social, é possível inferir que as políticas públicas podem salientar uma forma de interação entre os poderes constituídos e sociedade. As diferentes representações concernentes ao Estado contribuem, pois, ao plano de desenvolvimento local e regional. Nessa rede de interligações, a participação popular é sujeito indispensável na formulação de políticas públicas. Enquanto participantes efetivos na construção, ela auxilia também no controle das ações do Estado. No caso do Brasil, esta garantia aparece na Constituição Federal de 1988.

Assim, as políticas públicas exigem formas de planejamento em torno aos recursos públicos, ao tempo que regulam as relações que envolvem interesses públicos. A sinergia entre o Estado e a sociedade torna-se primordial. De acordo com Senetra e Cunha, os

Estudos realizados mostram que a mobilização do capital social de uma comunidade passa a ser fator positivo que, pela participação, utiliza recursos organizacionais e associativos, formais e informais, para o exercício do controle social das políticas públicas, no atendimento das necessidades sociais, com os mais diferentes atores sociais, tanto no âmbito da sociedade quanto do Estado, reivindicam a participação social, a democracia participativa, o controle social sobre o Estado e a realização de parcerias entre o Estado e a sociedade civil (SENETRA; CUNHA, 2012, p. 2-3).

Com base nessa relação, a consecução de objetivos mútuos, a parceria do Estado com a sociedade tem a finalidade de contribuir à qualidade de vida das pessoas. A cooperação mútua estimula a confiança e a solidariedade social. O capital social concerne, portanto, com o reconhecimento da estrutura comunitária. Para Borba e Silva, esse comportamento consolida o fato de que “ter o sentimento do que é público é também do outro, numa atitude de igualdade política, solidariedade, confiança e tolerância” (2006, p. 79).

Evidentemente, a pretensão das representações e entidades sociais não está em assumir o poder e a governança. No caso, pode-se utilizar a analogia de Habermas e falar de eclusas. Assim, um tipo de equilíbrio de forças, de modo que as decisões de um governo e da administração pública sejam retroalimentadas mediante as forças e exigências da vontade de todos. No caso, o exercício do poder político corresponda às demandas sociais (Habermas, 1999, p. 244).

Esse tipo de sentimento gera maior comprometimento entre todos, com práticas de socialização solidária. Essas práticas fortalecem as relações em todas as esferas da vida social. Nesse sentido, a categoria capital social incita a estudos e debate, não se atendo exclusivamente ao desenvolvimento local. Nesse contexto, diversas iniciativas estão utilizando a categoria como potencial analítico. Por isso é importante destacar algumas delas, principalmente em relação à América Latina e ao Brasil, aspecto que será detalhado na continuação.

RECEPTIVIDADE DA CATEGORIA CAPITAL SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

As pesquisas desenvolvidas sobre a categoria capital social incidem em diferentes áreas. Destacamos, por exemplo, o setor de planejamento, de aplicação e de avaliação das políticas. No caso da América Latina, há diversas experiências ou tentativas para mostrar a reciprocidade entre os poderes locais e o modo de governabilidade ligado ao estudo de Putnam. Na sequência, mostrar-se-á alguns exemplos dessas experiências.

Em Buenos Aires, Argentina, Forni (2005) desenvolveu um estudo acerca dos processos atuais de organizações sociais e capital social. O autor trabalhou com diversas organizações

sociais em contextos de exclusão. O seu propósito foi investigar se as organizações comunitárias geram capital social em contextos de exclusões na grande Buenos Aires. Ele tratou de compreender se a construção de capital social é fomentada pelo estabelecimento de vínculos comuns.

Nos resultados esperados, em primeiro lugar, o autor crê na possibilidade das relações entre os membros da Cooperativa Ceibo que geram tipos de capital social de união e de vinculação. Por exemplo, a integração dos conselhos de administração e promotores ambientais tende a relações ricas de capital social para projetos socioambientais. Além disso, a aproximação entre a Cooperativa com os vizinhos de Palermo promove capital social de vinculação fundada nos sentimentos de confiança e respeito mútuo (FORNI, 2005).

Em outro estudo, Santos e Baquero (2007) realizaram uma análise comparativa da relação entre democracia e capital social. A pesquisa ocorreu em três cidades da América Latina: Porto Alegre (Brasil), Montevideu (Uruguai) e Santiago do Chile (Chile). Realizada em 2005, o objetivo era avaliar as condições sociais que favorecem, ou não, a democracia nestas regiões. O conceito de democracia estava articulado com o de capital social na tradição de Putnam (2006). Os dados empíricos basearam-se nas seguintes questões:

Em que medida, a confiança interpessoal pode estar associada à crença na democracia? Em que medida, as três capitais, em perspectiva comparada, apresentam uma regularidade para além das idiossincrasias destes países? Quais são as particularidades de cada país? Como capital social e democracia estão associados em cada caso examinado? (SANTOS; BAQUERO, 2007, p. 222).

Com base nessas perguntas, os autores determinaram, por exemplo, a confiança interpessoal. Essa se estabelece na configuração societal relacionada à crença que as populações estudadas nutrem por suas instituições (SANTOS; BAQUERO, 2007). Além disso, eles destacam que existe uma associação significativa entre capital social e democracia, manifestada de forma diferente nas cidades estudadas. Valendo-se dessa relação, eles concluem que a influência positiva do capital social pode fortalecer a democracia. A tarefa imediata parece ser o desenvolvimento de esforços de constituição de capital social na América Latina.

Esses dois exemplos indicam que o cenário das pesquisas acerca da categoria capital social é vasto. Ela tem indicado muitas pertinências, sobretudo, nos países da América Latina. No Brasil, há estudos desenvolvidos em diferentes regiões e em diversificadas áreas.

Milani (2003), por exemplo, realça a investigação sobre “Teorias do Capital social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)”. No primeiro

momento, o objetivo foi expor as experiências de desenvolvimento local de Pintadas e buscar, nos estudos de capita social, explicar os significados (práticas e expressões) dessa relação com a transformação social. Posteriormente, a intenção foi lançar interrogações acerca da importância do conceito de capital social para compreender as estruturas do poder local e analisar como ocorre o desenvolvimento local.

Na mesma perspectiva, Ramos e Mariño (2012) apresentaram a análise das diferenças, em termos do estoque de capital social, entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento. O estudo ocorreu nos municípios de Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul no Rio Grande do Sul. A pesquisa é norteada por um conjunto de pré-requisitos. Esses pré-requisitos seriam: a consciência coletiva; o trânsito e a veiculação de ideias por meio das organizações representativas de todos os grupos, classes e estamentos da comunidade, eficientes e contínuas (sindicatos, cooperativas, clubes, câmaras, etc.) e, por fim, o potencial de inclusão e mobilidade social nos campos do poder, especialmente econômico, político e cultural (RAMOS e MARIÑO, 2012).

No Ceará, Martins e Lotta (2010), desenvolveram a pesquisa sobre o processo de elaboração e implantação de políticas públicas de universalização do ensino fundamental no município de Icapuí. A base do trabalho foi as contribuições das abordagens de capital social e redes sociais. A análise das ações da Secretaria de Educação destaca a política pública de sucesso com gestão participativa, democrática e descentralizada. Como também, embasada em relações sociais entre comunidade e poder público. Os autores enfatizam que:

Do resultado da conjunção entre capital social e a existência de redes sociais surgiu uma iniciativa de referência para o enfrentamento do analfabetismo e da exclusão social (MARTINS; LOTTA, 2010, p. 845).

Por essa iniciativa, entende-se que a categoria capital social estabelece a integração com diferentes teorias. Essa relação contribui para as iniciativas de pesquisas sociais. Além de instituir fontes ao desenvolvimento local, ela destaca a diversidade de temas a ser estudadas. A variedade de temas e áreas não se esgota aqui. Elas apontam a necessidade de discuti-las e de novas interpretações.

Enfim, a categoria capital social pode ser aplicada em diferentes contextos sociais. No âmbito teórico, a questão chave está em estudar as relações entre a sociedade civil e o Estado, os vínculos familiares, normas sociais etc. Essas pesquisas favorecem um tipo de cidadania participativa. No plano prático, a categoria capital social de Putnam pode auxiliar nas discussões

acerca das políticas públicas, aspecto que vai desde o planejamento, definição, avaliação e no próprio repensar as políticas públicas e sociais. Os indicadores como compromisso, cooperação e participação social constituem formas para o incremento dessas políticas. Eles auxiliam nas redes de relações horizontais, nos sistemas de participação nas tomadas de decisões e na cooperação mútua. Essa uniformidade institui a integridade das ações das instituições democráticas. Portanto, o capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Porém, não se trata de um bem ou serviço de troca quantificável independentemente dos contextos e práticas. Nesse sentido, ressaltamos os indicativos presentes no PDI da UNIPAMPA capazes de referendar o compromisso da IES frente às exigências de inserção social na continuação.

OS INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PRESENTES NO PDI DA UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa foi criada em virtude do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007). O programa objetivou criar condições à ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para aumentar a qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes na universidade. O papel da interiorização do acesso ao ensino superior foi de ampliar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade e oferecer condições para o desenvolvimento econômico e social e a melhoria da qualidade vida de diferentes regiões do país.

Nesse sentido, a UNIPAMPA foi criada pela Lei 11.640 em 11 de janeiro de 2008, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. (UNIPAMPA, 2009, p. 4).

A universidade está inserida em dez cidades⁵ conhecidas por problemas críticos de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e superior. Nessa perspectiva, a instituição está comprometida em fortalecer as potencialidades e contribuir à superação das dificuldades locais e regionais. O desafio é constituir um planejamento que

⁵ A UNIPAMPA está presente em tais cidades: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

contemple sua organização didático-pedagógica, sua política de ensino, pesquisa e extensão e seu compromisso social com as comunidades.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o documento de planejamento e gestão, deve ser integrado aos indicadores de capital social das comunidades. Os indicadores tais como o compromisso cívico, a cooperação, o engajamento e os sistemas de participação são essenciais na realização de programas, projetos e práticas educativas. A geração desses indicadores entre Estado, instituições e comunidades estabelece vínculos para bens públicos. De acordo com Putnam (2006), o compromisso está relacionado com as formas de associações, normas de cooperação e civismo. Em vista disso, entendemos que o compromisso da UNIPAMPA foi fundamental para o processo de planejamento institucional. O compromisso da UNIPAMPA com a região onde está inserida é delineada no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2009. Segundo o PDI,

[...] a inserção da UNIPAMPA, orientada por seu compromisso social, deve ter como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura multicampi facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na sua região (UNIPAMPA, 2009, p. 8).

Nessa perspectiva, compreende-se que a universidade assumiu como um dos principais papéis a sua inserção social nas comunidades. Valendo-se disso, destacamos a importância das instituições de ensino, sobretudo públicas, em responder às expectativas sociais. O compromisso institucional da universidade é reconhecer seu papel de agente social na sociedade. O planejamento institucional é baseado em critérios que justifiquem suas atividades e práticas.

Nessa mesma perspectiva, Putnam (2006), ao analisar o comportamento cívico na região Norte da Itália, explica que o desenvolvimento de atividades de cooperação e associação apresentam maiores níveis de capital social. Com base nessa relação, é possível determinar que quanto maior os índices de cooperação entre os indivíduos, maiores são as chances de ter altos indicadores de capital social em sociedade. Por isso, é necessário destacar a cooperação como fator primordial à implantação da Universidade Federal do Pampa. Merece atenção a cooperação entre a universidade, o Estado, outras instituições e a sociedade em geral que visam o aperfeiçoamento de projetos e ações educativas. Como também, a cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, principalmente, com a Argentina e o Uruguai. Essa

relação amplia o Programa de Mobilidade da comunidade acadêmica. Assim, a instituição reafirma seu papel no PDI 2014-2018:

A gestão, em todas as suas instâncias, deve promover a cooperação interinstitucional nacional e internacional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento, dando atenção a todos os ambientes que compõem este processo: econômico, político, social, cultural e natural, implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos (UNIPAMPA, 2014, p. 24).

Promover a cooperação significa que a instituição deve integrar-se internamente e com as comunidades locais. Esse apoio mútuo se desenvolve por meio do engajamento tanto do grupo interno à instituição quanto com os grupos externos, como grupos sociais e comunidades locais. Por esse ponto de vista, o engajamento cívico delineado por Putnam (1995) refere-se às pessoas conectadas com a vida em comunidade. Nessa acepção, a Universidade Federal do Pampa é resultado do engajamento, primeiramente, das comunidades locais. Bem como, contou com o empenho dos dirigentes dos municípios de abrangência da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2009). Por meio do engajamento, se reconhece que as instituições são parte da realidade social que respondem a tarefas e objetivos.

Essa percepção é estabelecida por Putnam (2006) que institui a coesão social para uma comunidade cívica. A coesão social significa a harmonia de ideias e práticas consolidadas na razão pública. Com essa percepção, defendemos a pertinência dos indicadores de capital social para benefícios coletivos. O capital social refere-se aos aspectos da organização social, como a cooperação, o engajamento, os sistemas de participação e a solidariedade social. Dessa forma, a categoria capital social possibilita-nos pensarmos a inserção das instituições no contexto local e em relação à participação cidadã.

Nessa direção, que a instituição é responsável por definir seus valores desde suas metas e objetivos. Nesse sentido, delinear o seu Plano Institucional compartilhado com seu grupo interno de docentes, técnico-administrativos em educação e discentes, como também, com a comunidade local. Por considerar importante a construção coletiva e participativa, a UNIPAMPA em seu Regimento Geral, Artigo 117, determina a Gestão Universitária:

A Administração da Universidade é um processo de construção coletiva e participativa que permeia toda a organização, devendo ser coordenada no âmbito da administração superior, tendo a finalidade de integrar e articular todas as políticas e decisões institucionais, e de criar as condições para implementação do plano de desenvolvimento institucional, bem como para o atendimento das obrigações legais e

daquelas decorrentes da missão da Universidade, assim como desenvolver as estratégias a serem utilizadas na implementação da avaliação institucional.

Dessa forma, o processo de planejamento da UNIPAMPA deverá contar com uma metodologia que proporcione a integração e a articulação das Unidades Universitárias e a Reitoria. O contato entre a comunidade acadêmica e a comunidade local visa identificar as demandas sociais, suas satisfações e insatisfações. Além disso, planejar de forma participativa as Unidades Universitárias, a gestão e o projeto de desenvolvimento institucional.

Percebe-se que os indicadores de capital social pressupõe um ato de cidadania. O compromisso, a cooperação, o engajamento e a participação social são formas para gerar capital social em comunidade. Enfim, o papel institucional é de agente social que incide nas contribuições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou ponderar o potencial analítico da categoria capital social em Putnam. Assim, salientou seu referencial na constituição de políticas públicas. Além de discutir a tese de Putnam, desejou-se, em vista da análise de Putnam, a identificação das práticas desenvolvidas na América Latina e no Brasil.

Com base na categoria capital social, Putnam explica diferentes níveis participativos concernentes à organização social e o comprometimento na participação cidadã. Por isso, procurou-se avaliar o compromisso institucional e a inserção social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tendo como marco o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Desse modo, a categoria capital social revela-se imperativa para discutirmos os papéis de instituições de ensinos, instituições democráticas, organizações como agentes sociais às ações coletivas. O potencial analítico da categoria decorre de diferentes estudos como o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento social, os vínculos familiares, as cooperações e nas políticas públicas.

Por conseguinte, as discussões sobre a categoria capital social mostrou-se imprescindível na tentativa de indicar formas de convivência humana. A sinergia entre Estado, instituições democráticas e comunidade tem a finalidade na qualidade de vida em comunidade. O estabelecimento de indicadores constituem formas fundamentais na instituição de coesão social à implantação de políticas públicas para bens públicos.

Desse modo, a categoria capital social parece indicar princípios à ação coletiva na implementação de políticas públicas. O desafio é o compromisso mútuo para transformar as políticas públicas em políticas sociais. Para desenvolver tais políticas, é necessária a participação social dos cidadãos, a relação de confiança recíproca entre os cidadãos e prevalecer, sobretudo, o espírito público. Enfim, envolve o acúmulo de capital para fins sociais.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcelo. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, Marcelo (Org). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001. 208p. p. 19-49.
- BASTOS, João Pinto. Alexis Tocqueville (1805 – 1859). 2000. In: **Gabinete de estudos Gonçalo Begonha**. Disponível em <http://www.goncalobegonha.org/2000/07/alexis-de-tocqueville.html>. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- BORBA, Julian e SILVA, Lilian Lenite da. Sociedade civil ou Capital Social? Um balanço teórico. In: BAQUERO, Marcelo e CREMONESE, Dejalma (Orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 211p. p. 71-87.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, 256p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988, 340p.
- BRASIL. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diretrizes Gerais. Brasília, agosto de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Third. printing. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000, 1014p.
- D' ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, 68p.
- FORNI, Pablo. Organizaciones comunitarias y redes sociales: sus implicancias en la generación de capital social y la superación de situaciones de exclusión. Estudios de caso en Buenos Aires. In: **III Seminario para el análisis de redes sociales em Sevilla**. Sevilla, 2005. Disponível em http://revista-redes.rediris.es/webredes/red_tematica/Forni-Sev05.pdf. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **La inclusión del otro: Estudios de Teoría Política**. Barcelona: Paidós, 1999, 258p.
- MACKE, Janaina. **Programas de responsabilidade Social corporativa e capital Social: contribuição para o desenvolvimento local? Tese (Doutora do em Administração) – Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005**. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31177/000509647.pdf?sequence=1>. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- MARTINS, Rafael D' Almeida. e LOTTA, Gabriela Spanghero. Capital social e redes sociais como alternativas para análise de políticas públicas de educação: o caso de Itapuí – CE. In: **Revista Ensaio: avaliação, política pública e Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 843-860, out-dez, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a10.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2014
- MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **IV Conferencia Regional ISTR-LAC**, Sam José, Costa Rica, 2003. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- POLLÁN, M. **Capital social: glosario**. Santiago de Compostela, Espanha: Camiño do Faro S.L, 2013, 293p.
- PUTNAM, Robert D. Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. In: **Journal: PS: Political Science and Politics**. v. 28. n. 4. December, 1995. Disponível em <http://apsanet3b.inetu.net/imgtest/PSDec95Putnam.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2014.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 257p.
- RAMOS, Marília. e Mariño, Juan Mario Fandino. Conexões explicativas entre desenvolvimento e capital social: pesquisa piloto com dois casos comparados. In: **Revista Civitas**. Porto Alegre. v. 12, n. 2, maio-agosto, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11934>. Acessado em 19 de novembro de 2014.

SANTOS, Everon. e BAQUERO, Marcello. Democracia e Capital social na América Latina: uma análise comparativa. In: **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n. 28, p. 221-234, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a14n28>. Acessado em 19 de novembro de 2014.

SENETRA, Adriana. e CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Políticas públicas: do capital social ao desenvolvimento local e regional. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e humanidades**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em

<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT02%20Gest%20E3o,%20pol%20EDticas%20p%20Fablicas%20e%20sociais/POL%20CDTICAS%20P%20DABLICAS%20DO%20CAPITAL%20SOCIAL%20AO%20DESENVOLVIMENTO%20LOCAL%20E%20REGIONAL%20-%20Trabalho%20completo.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. 2009. Disponível em http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. Acessado em 19 de novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Resolução nº. 5/2010 Regimento Geral**. 2010. Disponível em http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-5_2010-Regimento-Geral1.pdf. Acessado em 19 de novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2014. Disponível em http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acessado em 19 de novembro de 2014.